

Cibramaco Participações S.A.

CNPJ/MF: 08.422.813/0001-81 - NIRE: 35.300.336.127

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 06 de maio de 2024, às 10 horas, na sede social da empresa **Cibramaco Participações S.A.**, na Avenida Condé Guilherme Frates, nº 382, sala 01, Bairro Santa Catarina na cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores; b) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023; c) Publicação das Demonstrações Financeiras; e d) Destinação do resultado do exercício. (25-26-27)

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 48.343.871/0001-34 | NIRE: 35300802854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, E PARA OFERTA PRIVADA, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob Registro Automático de Distribuição, e para Oferta Privada, da Bamboo Securitizadora S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 11.313.876/0001-51 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 6.4, da Escritura de Emissão ("Escritura de Emissão") e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 06 de maio de 2024, às 10:30, e em segunda convocação no dia 13 de maio de 2024, às 10:30, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I, da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários à Emissão, para a formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do Dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: <https://bamboodcm.com/emissoes/> e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àsquelas Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário at.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo de manifestação de voto em seu website (<https://bamboodcm.com/emissoes/>) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturistas ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de abril de 2024.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

ARCADIS LOGOS S.A.

CNPJ nº 07.593.296/0001-50 - NIRE 35.300.393.996

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 11/04/2024.

Data, Hora e Local: No dia 11/04/2024, às 15h, na sede social da Companhia, na Cidade de SP, na Av. das Nações Unidas, 12.995, 14º andar, conj. 141, CEP 04578-911. **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em vista da presença de todos os acionistas, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Quórum de Instalação:** Acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia. **Composição da Mesa:** Karim Marangoni Ferrara Formigoni - **Presidente** e Carla Casagrande Ribeiro - **Secretária**. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) aprovação do Balanço Patrimonial da Companhia referente ao exercício social findo em 31.12.2023, bem como sobre as demais Demonstrações Financeiras conforme publicações realizadas no Jornal O Dia em 03/04/2024 à página 47 ("Publicação"); (ii) destinação do lucro líquido do exercício e a consequente distribuição de dividendos, se houver; (iii) reeleição dos atuais membros da Diretoria da Companhia, na forma do Estatuto Social em vigor e do artigo 142 da Lei das S.A.; e (iv) Remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2024. **Deliberações tomadas por unanimidade, de acordo com a ordem do dia:** Colocadas as matérias da ordem do dia em discussão, após a análise dos documentos colocados à disposição dos presentes, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, em Assembleia Geral Ordinária: (i) Na forma do artigo 132 da Lei das S.A., após analisarem a Publicação (Anexo I) – balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados e demonstração do resultado do exercício – todos relativos ao exercício fiscal findo em 31/12/2023, os acionistas consideraram corretas as demonstrações financeiras da Companhia e aprovaram as mesmas por unanimidade e sem quaisquer observações ou ressalvas. (ii) De acordo com o disposto no Artigo 26, item (b) do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deliberaram por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas a destinação de 5% do lucro líquido apurado no exercício fiscal de 2023 à conta de reserva legal da Companhia e, adicionalmente, de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, deliberaram, por unanimidade, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido apurado a ambas as acionistas, proporcionalmente à participação de cada uma no capital social da Companhia, mantendo-se o restante do lucro líquido apurado na conta de Reserva de Lucros, exceto pela reserva legal. (iii) Ratificar a reeleição dos atuais membros da Diretoria da Companhia, cujos respectivos Termos de Posse estão arquivados na sede da Companhia e, conforme previsto no artigo 11 do Estatuto Social, os mandatos se estenderão até a data da realização da AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2025, a saber: Composição da diretoria: **Diretora Geral e Diretora de Negócios:** Karim Marangoni Ferrara Formigoni, brasileira, casada, arquiteta, RG 22.423.208-3, CPF 16.054.318-59, residente e domiciliada na cidade de SP, SP, Diretora Jurídica e Compliance: **Carla Casagrande Ribeiro**, brasileira, casada, advogada, RG 16.716.689-2, CPF 280.308.318-38, residente e domiciliada na Cidade de SP, SP, Diretor Comercial Geral e Diretor Central de Negócios: **José Carlos de Souza e Castro Valschevski**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 9.518.218, SSP-SP, CPF 029.593.898-67, residente e domiciliado na cidade de Goiânia, GO; Diretor Financeiro, **Ralph Barnard Alves da Mata**, brasileiro, solteiro, administrador, RG 42.861.543-5 SSP-SP, CPF 228.246.518-06, residente e domiciliado na Cidade de SP, SP, **Diretora Executiva sem designação específica:** **Sandra Elise Favretto**, brasileira, divorciada, bióloga, RG 16.185.788-7 SSP/SP, CPF 086.122.968-11, residente e domiciliada na cidade de SP, SP, cujo termo de posse encontra-se arquivado na sede da Companhia; e **Diretor de Operações:** **Rodrigo Braga Santini**, brasileiro, divorciado, geólogo, RG 29.760.235-55/SP, CPF 281.747.168-74, residente e domiciliado na Cidade de SP, SP, cujo termo de posse encontra-se arquivado na sede da Companhia; todos os diretores acima com o endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 12.995, conj. 141, CEP 04578-911, na Cidade e Estado de SP, e declaram, nos termos da legislação em vigor, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade e declararam, para todos os fins de direito, estarem livres e desimpedidos para exercer atividade mercantil. (iv) Foi estabelecido, pela unanimidade dos acionistas, o valor global anual dos honorários da Diretoria em R\$6.843.128,56. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente, lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. (ai) Karim Marangoni Ferrara Formigoni - **Presidente**; Carla Casagrande Ribeiro - **Secretária**. **JUCESP** - 152.515/24-0 em 16/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ nº 01.637.895/0001-32 - NIRE 35300370554

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: A reunião foi realizada às 7:00 horas na dia 25 de março de 2024, por videoconferência, na sede social da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia") localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 12º andar, conjunto 122, Vila Olímpia, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04547-006. **2. Convocação:** A convocação foi dispensada, na forma do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Luiz Antonio dos Santos Pretti** e secretariados pelo Sr. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira**, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social. **5. Ordem do Dia:** Composta a mesa, o Presidente declarou iniciados os trabalhos e solicitou a leitura da Ordem do Dia, a fim de examinar, discutir e votar a proposta de Emissão (conforme definido abaixo) de Notas (conforme definido abaixo) da **Tender Offer** (conforme definido abaixo). **6. Deliberações:** Preliminarmente, os acionistas aprovaram a lavratura da ata desta assembleia geral em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Após, instalada a assembleia, examinada e discutida a matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições ou ressalvas, **autorizar:** (i) a realização e os termos e condições da emissão de notas ("Notas") pela **St. Marys Cement Inc. (Canada)** ("Emissora" ou "St. Marys (Canada)"), empresa incorporada sob as leis de Ontario, no Canadá e subsidiária da Companhia, no valor total de até USD 500.000.000,00, em moeda de emissão, em 2 (dois) mil milhões de dólares americanos, com indicadores de performance de sustentabilidade, caracterizado a Emissão como um *sustainable-linked bond*, sob regência de escritura de emissão ("*indenture*") ("Emissão"). Fica delegada à Diretoria da Companhia a aprovação dos termos e condições finais da Emissão, incluindo, mas não se limitando, os juros remuneratórios a serem pagos aos titulares de Notas; (ii) a realização e os termos e condições da oferta de recompra por sua subsidiária St. Marys (Canada), na qualidade de ofertante, e pela Companhia, na qualidade de garantidora, de todas as *Notas* em circulação emitidas pela St. Marys (Canada), em 03 de outubro de 2016, com vencimento em 2027 (5.750% *Notes due 2027*) ("*Tender Offer*"), com valor remanescente de principal de USD 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos). Fica delegada à Diretoria da Companhia a aprovação dos termos e condições finais da *Tender Offer*, incluindo, mas não se limitando, o valor total de recompra; (iii) a outorga de garantias fidejussórias, pela Companhia, em favor dos titulares das Notas emitidas no âmbito da Emissão, em garantia do pontual e integral cumprimento das obrigações da Emissora no âmbito da Emissão ("*Garantia*"); (iv) autorizar os Diretores da Companhia para que pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias ou convenientes: (a) à concessão e formalização da Garantia e à realização, formalização, aperfeiçoamento e cumprimento da Emissão e da *Tender Offer*; (v) a celebração de todos os contratos e/ou instrumentos que fizerem necessários à implementação da Emissão e da *Tender Offer*, incluindo aditamentos; (b) a formalização e efetivação da contratação de instituição(ões) financeira(s) para intermediar e coordenar a Emissão e a *Tender Offer*, dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da *Tender Offer*; (c) o estabelecimento e negociação de condições adicionais, praticando todos os atos necessários e firmando todos os documentos requeridos para a efetivação das deliberações previstas nos itens acima; e (v) a ratificação dos atos que já tenham sido praticados pela administração, em virtude, entre outros, de omissões da Emissão. A Emissão aprovada acima será destinada à distribuição no mercado internacional apenas para investidores que não sejam residentes no Brasil e que sejam (i) compradores institucionais qualificados (dentro do significado da *Rule 144a* sob a lei de valores mobiliários dos Estados Unidos da América de 1933, conforme alterada ("*Lei de Valores Mobiliários EUA*"), nos Estados Unidos da América ou (2) investidores institucionais ou outros que não sejam pessoas estado-unidenses (dentro do significado da regulação da Lei de Valores Mobiliários EUA) localizados fora dos Estados Unidos da América e do Brasil e que não estejam adquirindo as Notas para o benefício de um pessoa estado-unidense com base na *Regulation S* e na Lei de Valores Mobiliários EUA. As Notas não serão registradas na Comissão de Valores Mobiliários e não poderão ser oferecidas ou vendidas no Brasil, exceto em circunstâncias que não constituam oferta pública ou distribuição não autorizada sob as leis e regulamentações brasileiras. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes, a saber: Sr. **Luiz Antonio dos Santos Pretti** - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; Sr. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira** - Secretário da Mesa; **Acionistas:** **Votorantim S.A.** - por seus Diretores, Srs. Gláysy Peres Formigones e Sérgio Augusto Malacrida Junior, **VP Gestão** - por seu Diretor, Sr. Paulo Roberto de F. Domingues e Sérgio Augusto Malacrida Junior. **Certifico que a deliberação acima foi extraída e é cópia fiel daquela que consta na ata lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia.** São Paulo, 25 de março de 2024. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 143.394/24-1 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Edenred Soluções e Instituição

de Pagamento AHA S.A.

CNPJ/MF nº 59.158.642/0001-66 - NIRE 35.300.353.439

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 31 de Agosto de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 31 de agosto de 2023, às 9:00 horas, na sede da **Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.**, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 15º andar, unidade nº 1504, Alphaville, CEP 06455-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e na Cláusula 3.9 do Acordo de Acionistas vigentes e arquivado na sede da Companhia, por estarem presentes à Reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por procurador. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Gilles Andre Coccoli; e **Secretário:** Sr. Alor Bara Aguirre. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a renúncia do membro da Diretoria; (ii) a ratificação da composição atual da Diretoria; e (iii) a autorização para a administração da praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações serem tomadas, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o seguinte: **5.1.** Consignar a renúncia do Sr. **Alfredo Antonio Bernacchi**, argentino, casado, portador de Cédula de Identidade RNE F059157-V, inscrito no CPF/MF sob o nº 242.074.478-06, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, conforme Carta de Renúncia arquivada na Sede da Companhia: **5.1.1.** Consignar que a Companhia, o Diretor retirante, os acionistas e os membros do Conselho de Administração, outorgam-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados pelo Diretor retirante. **5.1.2.** O cargo de Diretor Presidente permanecerá vago até que os conselheiros resolvam nomear um Diretor substituto, nos termos da Cláusula 3.15 do Acordo de Acionistas da Companhia. **5.2.** Em razão das deliberações tomadas nos itens acima, ratificar a composição da Diretoria, a qual é composta pelos seguintes membros: (i) **Marcelos Fernandes Robredo**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.872.603-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 090.547.058-33, como **Diretor Vice-Presidente**; (ii) **Viviane Pampin Rodrigues**, brasileira, convêniente em reunião estável, economista, inscrita no CPF/MF sob o nº 037.435.667-02, portadora do RG nº 1011976-7, como **Diretora**; (iii) **Cristiane Nogueira de Andrade**, brasileira, divorciada, economista, CPF/MF sob o nº 136.277.748-09, portadora do RG nº 20.316.853-7, como **Diretora sem designação específica**, todos com endereço comercial na Avenida Dr. Ruth Cardoso, sº 7815, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com um mandato que se encerrará em 22 de fevereiro de 2025. **6. Autorizar** a administração da Companhia a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização dos atos acima referidos, nos termos do Estatuto Social e Acordo de Acionistas arquivados na Companhia. **7. Encerramento e Aprovação:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos membros do Conselho de Administração presentes. **Mesa:** Gilles Andre Coccoli - Presidente; Alor Bara Aguirre - Secretário. **Membros do Conselho de Administração da Companhia:** (i) Gilles Andre Coccoli; (ii) Pablo Andrés Rivera Cruz; (iii) Ricardo Ernesto Corrêa da Silva; (iv) Haroldo Pimentel Stumpf; e (v) Marc-Elie Raphael Bernard. **Confere com o original lavrado em livro próprio.** Barueri, SP, 31 de agosto de 2023. **Mesa:** Gilles Andre Coccoli - Presidente; **Alor Bara Aguirre** - Secretário. **JUCESP** nº 400.185/23-4 em 10/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Edenred Soluções e Instituição

de Pagamento AHA S.A.

CNPJ/MF nº 59.158.642/0001-66 - NIRE 35.300.353.439

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 19 de fevereiro de 2024, às 09:00 horas, na sede da **Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.**, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 15º andar, unidade nº 1504, Alphaville, CEP 06455-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e na Cláusula 3.9 do Acordo de Acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia, por estarem presentes à Reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por procurador. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Gilles Andre Coccoli; e **Secretário:** Sr. Alor Bara Aguirre. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a exoneração de membro da Diretoria; (ii) eleição de membros da Diretoria. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o seguinte: **5.1.** Consignar a exoneração da Sr. **Cristiane Nogueira de Andrade**, brasileira, divorciada, economista, CPF/MF sob o nº 136.277.748-09, portadora do RG nº 20.316.853-7, no cargo de **Diretora sem designação específica**. **5.1.1.** Consignar que a Companhia, a Diretora retirante, os acionistas e os membros do Conselho de Administração, outorgam-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados pela Diretora retirante. **5.2.** Eleger o Sr. **Mário Pascale Guernetti**, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.023.158-24, portadora do RG nº 16843282, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP ao cargo de **Diretor Presidente** e com mandato até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024, permitida a reeleição. **5.2.1.** Registrar que o Diretor ora aprovado pelas acionistas somente será investido no respectivo cargo após a aprovação do seu nome pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis. **5.2.2.** Após a referida aprovação pelo Banco Central do Brasil, o Diretor ora aprovado assinará o competente Termo de Posse em Livro da Diretoria, declarando que (i) não está impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 147 da Lei das S.A.; e (ii) não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou representem interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos Incisos I e II do §3º, do Artigo 147 da Lei das S.A. **6. Autorizar** a administração da Companhia a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização dos atos acima referidos, nos termos do Estatuto Social e Acordo de Acionistas arquivado na Companhia. **7. Encerramento e Aprovação:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos membros do Conselho de Administração presentes, via videoconferência. **Mesa:** Gilles Andre Coccoli - Presidente; Marcelo Fernandes Robredo - Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** (i) Gilles Andre Coccoli; (ii) Pablo Andrés Rivera Cruz; (iii) Ricardo Ernesto Corrêa da Silva; (iv) Haroldo Pimentel Stumpf; e (v) Marc-Elie Raphael Bernard. **Confere com o original lavrado em livro próprio.** Barueri, SP, 19 de fevereiro de 2024. **Mesa:** Gilles Andre Coccoli - Presidente; **Alor Bara Aguirre** - Secretário. **JUCESP** nº 91.397/24-8 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Edenred Soluções e Instituição

de Pagamento AHA S.A.

CNPJ/MF nº 59.158.642/0001-66 - NIRE 35.300.353.439

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 15 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da **Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.**, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 15º andar, unidade nº 1504, Alphaville, CEP 06455-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e na Cláusula 3.9 do Acordo de Acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia, por estarem presentes à Reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por procurador. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Gilles Andre Coccoli; e **Secretário:** Sr. Alor Bara Aguirre. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a alteração de membros da Diretoria; (ii) a autorização para a administração praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações a serem tomadas, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o seguinte: **5.1.** Consignar a exoneração da Sr. **Viviane Pampin Rodrigues**, brasileira, convêniente em união estável, economista, inscrita no CPF/MF sob o nº 037.435.667-02, portadora do RG nº 1011976-7, como **Diretora**. **5.1.1.** Consignar que a Companhia, o Diretor retirante, os acionistas e os membros do Conselho de Administração, outorgam-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados pela Diretora retirante. **5.2.** Aprovar a eleição do Sr. **Philippe Pierre Marie Bleon**, francês, casado, economista, passaporte nº 21FV03767, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.034.898-24, ao cargo de Diretor Financeiro, com mandato até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024, permitida a reeleição. **5.2.1.** Registrar que o Diretor ora aprovado pelas acionistas somente será investido no respectivo cargo após a aprovação do seu nome pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis. **5.2.2.** Após a referida aprovação pelo Banco Central do Brasil, o Diretor ora aprovado assinará o competente Termo de Posse em Livro da Diretoria, declarando que (i) não está impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 147 da Lei das S.A.; (ii) não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou representem interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos Incisos I e II do §3º, do Artigo 147 da Lei das S.A. **6. Autorizar** a administração da Companhia a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização dos atos acima referidos, nos termos do Estatuto Social e Acordo de Acionistas arquivado na Companhia. **7. Encerramento e Aprovação:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos membros do Conselho de Administração presentes, via videoconferência. **Mesa:** Gilles Andre Coccoli - Presidente; Alor Bara Aguirre - Secretário. **Membros do Conselho de Administração da Companhia:** (i) Gilles Andre Coccoli; (ii) Pablo Andrés Rivera Cruz; (iii) Ricardo Ernesto Corrêa da Silva; (iv) Haroldo Pimentel Stumpf; e (v) Marc-Elie Raphael Bernard. **Confere com o original lavrado em livro próprio.** Barueri, SP, 15 de março de 2024. **Mesa:** Gilles Andre Coccoli - Presidente; **Alor Bara Aguirre** - Secretário. **JUCESP** nº 124.978/24-1 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ/MF nº 01.637.895/0001-32 - NIRE 35300370554

Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Realizada em 1º de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 01 de abril de 2024, às 22h, na sede social da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 12º andar, conjunto 122, Vila Olímpia, CEP 04547-006. **2. Convocação e Presença:** Foram dispensadas as formalidades de convocação da reunião em virtude da presença unânime dos membros da Diretoria, conforme artigo 32, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Oswaldo Ayres Filho**, Diretor da Companhia, e secretariados pelo Sr. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira**, indicado dentre os presentes, conforme artigo 32, §3º do Estatuto Social da Companhia. **4. Ordem do Dia:** Composta a mesa, o Presidente declarou iniciados os trabalhos, solicitando a leitura da Ordem do Dia a fim de deliberar sobre a negociação dos termos e condições definitivos para a realização da Emissão de Notas (conforme definido abaixo) da **St. Marys Cement Inc. (Canada)** ("Emissora" ou "St. Marys (Canada)"), empresa incorporada sob as leis de Ontario, no Canadá e subsidiária da Companhia, nos seguintes termos e condições finais: **a)** montante: USD 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América); **b)** custo: taxa de juros de 5,750%; **c)** prazo total: 10 anos, com vencimento em 2 de abril de 2034; **d)** garantia: garantia fidejussória da Companhia; **e)** amortização: semestral, nos meses de abril e outubro de cada ano; **f)** ESG *linked*: as Notas possuem indicador de performance ambiental (KP1) associado a (i) intensidade de emissão de CO2 líquida no escopo 1 (em CO2/ton cimentos produzido), e (ii) substituição térmica (em %), evidenciando o comprometimento da Companhia no processo de descarbonização, em convergência à implementação de suas metas de sustentabilidade a serem atingidas em 2030. Assim, as Notas caracterizam-se como sustentáveis, uma vez que os princípios promulgados pela International Capital Markets Association. Será obtida de forma voluntária uma avaliação da emissão de parte independente (*Second Party Opinion*); **g)** **Notas ESG**: as metas de desempenho de sustentabilidade estão descritas no Offering Memorandum das Notas; **h)** **Step-up de taxa**: a partir de 2 de outubro de 2029, a taxa de juros a ser paga sobre as Notas será aumentada (1) em 12,5 pontos-base ao ano, a menos que a Companhia tenha notificado ao agente fiduciário das Notas até 30 de junho de 2029 (a "Data de Notificação") que, em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2028, a Meta de Desempenho de Sustentabilidade 1 (conforme descrita no Offering Memorandum das Notas) foi satisfeita e a satisfação da Meta de Desempenho de Sustentabilidade 1 foi confirmada pelo verificador externo de acordo com seus procedimentos habituais; e (ii) em 12,5 pontos-base ao ano, a menos que a Companhia tenha notificado ao agente fiduciário até a Data de Notificação que, em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2028, a Meta de Desempenho de Sustentabilidade 2 (conforme descrita no Offering Memorandum das Notas) foi satisfeita e a satisfação da Meta de Desempenho de Sustentabilidade 2 foi confirmada pelo verificador externo de acordo com seus procedimentos habituais; e **ii) Condições definitivas da Tender Offer**: com a recomendação do CFIN e conforme material apresentado aos Diretores, **aprovar** os termos e condições finais da oferta de recompra pela St. Marys (Canada), na qualidade de ofertante, e pela Companhia, na qualidade de garantidora, das *Notas* emitidas pela St. Marys (Canada), em 03 de outubro de 2016, com vencimento em 2027 (5.750% *Notes due 2027*) ("*Tender Offer*"); **g)** **Notas** a serem emitidas no âmbito da Emissão, no valor total de até USD 500.000.000,00 (quinhentos milhões, trezentos e três mil) Notas reconhecidas e 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Notas previstas em avisos de entrega garantida; **h)** **Prazo de Recompra:** USD 263.916.030,00 (duzentos e sessenta e três milhões, novecentos e dezessete mil e trinta dólares americanos) relativo às Notas reconhecidas; e **c)** **Juros acruados:** USD 2.754.569,13 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove dólares americanos e treze centavos). **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, a saber: Sr. Oswaldo Ayres Filho - Presidente da Mesa; Sr. Pedro Cardoso Manduca Ferreira - Secretário da Mesa; **Diretores Presentes:** Srs. Oswaldo Ayres Filho, Bianca Nasser Patrocinio, Eurídice Mason e Hugo Sogayar Arrelin. **A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.** São Paulo/SP, 1º de abril de 2024. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 143.393/24-8 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ticket Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 47.866.934/0001-74 - NIRE 35.300.142.560

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Abril de 2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 01 de abril de 2024, às 18:00 horas, na sede da **Ticket Serviços S.A.**, localizada na Avenida Dr. Ruth Cardoso, sº 7815, 3º e 6º andares, bloco Torre II, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05425-905 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e na Cláusula 3.9 do Acordo de Acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia, por estarem presentes à Reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por procurador. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Gilles Andre Coccoli. **Secretário:** Sr. Alor Bara Aguirre. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a exoneração do membro da Diretoria (ii) a autorização para a administração praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações a serem tomadas, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem qualquer ressalva ou restrição, deliberaram o seguinte: **5.1.** Consignar a exoneração do Sr. <



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9DB8-FB4C-FD44-8036> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9DB8-FB4C-FD44-8036



Hash do Documento

BA5BB7110577C4E36A05F9BCDD0C61323A2D16E69F5D5936E2F3B0CF00E5110C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



MDR Participações S.A.

CNPJ nº 15.558.758/0001-17

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as contas relativas ao período findo em 31/12/2023. As demonstrações financeiras completas e o relatório dos auditores independentes estão à disposição na sede da Companhia.

São Paulo, 26 de abril de 2024. A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	47	2.264	7.951	6.117
Contas a receber	-	-	15.738	12.664
Estoques	-	-	12.310	9.514
Impostos a recuperar	20	-	21	9
Outros créditos	221	419	919	1.300
Total ativo circulante	288	2.683	36.399	29.604
Não circulante				
Investimentos	54.646	58.414	-	-
Depósito judicial	-	-	7.099	4.313
Outros créditos	847	589	-	-
Imobilizado	672	70	50.461	45.077
Intangível	21	28	283	1.204
Total do ativo não circulante	56.186	59.101	57.843	50.594

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	10.038	9.302	12.071	10.747
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	948	1.065	4.357	3.490
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	12	(114)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.811)	(10.911)	-	-
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	163	-
Juros incorridos e não pagos	-	-	1.220	-
Provisão (Reversão) para riscos	-	-	3.006	2.927
Outros	(127)	1	(62)	154
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(3.086)	(2.245)
Estoques	-	-	(2.796)	(3.199)
Impostos a recuperar	(20)	-	(12)	(9)
Outros créditos	(60)	1.727	(2.405)	(1.709)
Fornecedores	(49)	107	509	2.066
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	92	135	1.283	915
Obrigações tributárias	(34)	18	4.863	2.288
Outras obrigações	(8.890)	8.619	(26)	(79)
Imposto de renda e contribuição pagos	-	-	(4.525)	(2.158)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(9.913)	10.063	14.572	13.074
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Investimentos em controladas	(9.106)	(8.346)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	23.765	6.798	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(663)	(12)	(9.005)	(12.466)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	13.996	(1.560)	(9.005)	(12.466)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Mútuo com parte relacionada	-	-	4.600	7.030
Ações em tesouraria	(300)	-	(300)	-
Antecipação de dividendos a controladores	(6.000)	(7.439)	(6.000)	(7.439)
Distribuição de dividendos	-	(61)	(2.033)	(1.506)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.300)	(7.500)	(3.733)	(1.915)
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.217)	1.003	1.834	(1.307)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.264	1.261	6.117	7.424
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	47	2.264	7.951	6.117
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.217)	1.003	1.834	(1.307)

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	-	-	153.795	126.107
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(114.231)	(94.744)
Lucro bruto	-	-	39.564	31.363
Recargas (Despesas) operacionais				
Com vendas	-	-	(3.059)	(2.601)
Gerais e administrativas	(1.875)	(1.668)	(18.877)	(12.863)
Resultado de equivalência patrimonial	11.811	10.911	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(38)	(1)	(1.523)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	9.936	9.205	17.627	14.376

Diretoria

Carlos de Bona

Diretor de Operações

Adriana Lurdes Michel

Diretora Controller/Administrativa Financeira

Edson Donizette Pires

Contador CRC - 1SP234409/O-6 - CPF 254.583.358-48

CIA Copale de Administracao Comercio e Industria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 - NIRE: 35.300.057.007

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 2023 e 2022

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado do Exercício			
Ativo	31/12/2023		31/12/2022		03. Receitas	31/12/2023	
	4.860.554,22	3.690.997,48	4.860.554,22	3.690.997,48		2.789.726,54C	2.508.604,24C
Ativo Circulante	2.693.232,04	1.523.675,30	2.693.232,04	1.523.675,30	03.1 Receitas Operacionais	2.789.726,54C	2.508.604,24C
Disponibilidades	1.620.802,32	1.410.039,59	1.620.802,32	1.410.039,59	03.1.1 Receita Bruta		
Caixa	220,42	286,86	220,42	286,86	Com Vendas e Serviços	2.895.408,99C	2.603.636,98C
Administradora de Recebimentos	1.620.381,90	1.409.772,73	1.620.381,90	1.409.772,73	03.1.2 Deduções das Receitas		
Direitos Realizáveis A Curto Prazo	1.072.629,72	113.635,71	1.072.629,72	113.635,71	C/Vendas e Serviço	105.682,45D	95.032,74D
Clientes Nacionais	1.056.740,58	0,00	1.056.740,58	0,00	03.1.1.1 Lucro Operacional Bruto	2.789.726,54C	2.508.604,24C
Adiantamentos	15.889,14	113.635,71	15.889,14	113.635,71	05 Despesas	2.142.341,54D	1.675.819,23D
Ativo Não Circulante	2.167.322,18	2.167.322,18	2.167.322,18	2.167.322,18	05.1 Despesas Operacionais	1.727.618,58D	1.424.804,01D
Imobilizado	2.167.197,18	2.167.197,18	2.167.197,18	2.167.197,18	05.1.01 Despesas Trabalhistas	624.254,01D	164.419,80D
Bens e Direitos em Uso	1.290.952,36	1.290.952,36	1.290.952,36	1.290.952,36	05.1.02 Encargos Sociais	55.981,18D	53.365,62D
Bens em Construção	1.453.284,91	1.453.284,91	1.453.284,91	1.453.284,91	05.1.03 Despesas de Viagens	5.133,28D	798,60D
(-) Depreciação Acumulada	(577.040,09)	(577.040,09)	(577.040,09)	(577.040,09)	05.1.04 Despesas Mensais	81.515,18D	73.582,18D
Ativo Intangível	125,00	125,00	125,00	125,00	05.1.05 Despesas Gerais	960.734,93D	1.132.637,81D
Bens de Natureza Intangível	125,00	125,00	125,00	125,00	05.2 Despesas Operacionais Tributárias	414.722,96D	251.015,22D
Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	05.2.01 Impostos	414.722,96D	251.015,22D
Fluxos de Caixa Atividades Operacionais	2.895.408,99	2.603.636,98	2.895.408,99	2.603.636,98	05.2.03 = Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras	647.385,00C	832.785,01C
(-) Pagamentos a Fornecedores	488.604,56	658.415,84	488.604,56	658.415,84	06 Despesas Operacionais Financeiras	6.045,62D	26.312,97D
(-) Pagamentos de Imposos	301,63	23.288,54	301,63	23.288,54	06.02 Juros, Descontos e Tarifas	6.045,62D	26.312,97D
(-) Pagamentos de Salários e Colaboradores	1.084.532,41	234.046,42	1.084.532,41	234.046,42	07.04.03 = Resultado Após as Receitas e Despesas Financeiras	641.339,38C	806.472,04C
(-) Pagamentos de Juros	3.017,63	23.288,54	3.017,63	23.288,54	08.2.03 = Lucro ou Prejuízo Operacional	641.339,38C	806.472,04C
Disponibilidades Líquidas	915.410,22	1.325.954,46	915.410,22	1.325.954,46	10.2.02 Provisões	641.339,38C	806.472,04C
Fluxos de Caixa Atividades de Investimentos	2.682,00	2.682,00	2.682,00	2.682,00	Antes do IRPJ e CSLL	641.339,38C	806.472,04C
Recebimentos Por Vendas de Ativo Inv./Imob./Intang.	2.682,00	2.682,00	2.682,00	2.682,00	10 Contas de Fechamento de Balanco	291.020,50D	259.275,71D
Fluxos de Caixa Atividades de Financiamentos	2.682,00	2.682,00	2.682,00	2.682,00	10.2 Provisões P/Impostos S/Lucro	207.632,73D	184.290,96D
Integralização ou Aumento de Capital Social	284.879,40	284.879,40	284.879,40	284.879,40	10.2.02 Provisões P/Contribuições S/Lucros	83.387,77D	74.984,75D
Disponibilidades Líquidas	284.879,40	284.879,40	284.879,40	284.879,40	10.3 = Resultado Líquido do Exercício	350.318,88C	547.196,33C
Gerações Atividades Financiamentos (Redução)	1.200.289,62	1.610.833,86	1.200.289,62	1.610.833,86			
Nas Disponibilidades	1.410.039,59	1.136.018,91	1.410.039,59	1.136.018,91			
Disponibilidades no Início do Período	1.620.602,32	1.410.039,59	1.620.602,32	1.410.039,59			
Variação das Disponibilidades	210.562,73	274.020,68	210.562,73	274.020,68			
Demonstração da mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			
Saldo No Início do Período	2.944.123,93	2.593.884,96	2.944.123,93	2.593.884,96			
Resultado Líquido do Exercício	1.057.878,33	944.514,81	1.057.878,33	944.514,81			
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.056.740,58	0,00	1.056.740,58	0,00			
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.056.740,58	0,00	1.056.740,58	0,00			
Saldo do Final do Período	4.079.929,08	2.944.123,93	4.079.929,08	2.944.123,93			
Notas Explicativas							
1 - Contexto Operacional - A companhia é uma entidade de direito privado, constituída em 13 de Julho de 1972 e tem por objeto social o seguimento Aluguel e Administração de imóveis próprios. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e a distribuição de dividendos a seus acionistas de acordo com as demonstrações financeiras aqui apresentadas. 2 - Base Para Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Políticas Contábeis - 2.1. Informações gerais - As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, A escrituração contábil foi realizada com base no § 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A), e nas disposições contidas na ITR 2000 - Escrituração Contábil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Compan-							

hia e, também, à sua moeda de apresentação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** - **3.1. Apuração das receitas e despesas** - As receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Para a apuração tributária as receitas foram reconhecidas no regime de caixa. **3.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. **3.3 Instrumentos financeiros** - A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos e passivos financeiros da Companhia: (I) Caixa e equivalentes de caixas Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. (ii) Passivos financeiros Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando paga ou quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos contratuais. **3.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes** Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais **4. Caixa e Equivalentes de Caixa** - Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda

Fernando Henrique Montali - Contador - CPF: 341.225.528-93 - CRC: 1SP297466/O-8
Adriano Julio de Barros Neto - Presidente - CPF: 197.236.108-25





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/934C-7571-7D83-223E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 934C-7571-7D83-223E



Hash do Documento

515569316ED0FE4F6D2435B843D5ED7323BF9569E2ACF157645F6E9E9EC77F46

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D21A-4005-6813-529C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D21A-4005-6813-529C



Hash do Documento

12D4A5D8DF9A3EEDA6CB2530719F85D486410B43D2C0EE60056CB60EA5AC2F0F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Amortização acumulada		Consolidado	Controladora
Saldo em 2021	(72.776)	(72.776)	
Adições	(43.413)	(43.413)	
Baixas	647	647	
Saldo em 2022	(115.542)	(115.542)	(2.189)
Adições	(38.902)	(38.902)	(1.911)
Baixas	1	1	
Saldo em 2023	(154.443)	(154.443)	(4.100)
A movimentação dos passivos de arrendamento:			
Passivo		Consolidado	Controladora
Saldo em 2021	134.357	98	
Adições	60.737	9.042	
Baixas	(15.666)	(2.630)	
Amortização	(61.850)	(6.630)	
Resultado Financeiro	14.707	841	
Saldo em 2022	132.285	7.351	
Adições	30.242	2.772	
Baixas	(1.951)	(247)	
Amortização	(57.719)	(2.472)	
Resultado financeiro	13.096	780	
Saldo em 2023	115.953	5.926	

A duração média dos arrendamentos imobiliários é de 12 anos e para os veículos é de 3 anos conforme a duração do contrato anual para cada ativo. A análise do vencimento contábil dos passivos de arrendamento, incluindo juros futuros e multa, é a seguinte:

	Até 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 anos e mais	Total
Passivo de arrendamento	19.729	17.912	29.278	46.514	2.460	115.953

As taxas de desconto foram utilizadas para calcular o valor presente dos direitos de uso e passivos de arrendamento reconhecidos na data da primeira aplicação do CPC 06, sendo a média conforme segue:

	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Taxa média de desconto	13,50%	13,03%	12,72%

verbas na base de cálculo das contribuições previdenciárias; (b) a definição do sujeito ativo dos serviços de transporte de valores mediante intermunicipal em São Paulo, (c) INSS a pagar em discussão judicial em relação às verbas de saldos de parcelamentos fiscais referentes-se aos programas de recuperação fiscal para regularização de créditos, decorrentes de débitos de tributos federais, estaduais e municipais.

16. PROVISÕES

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	empregados (b)			
Saldo em 2021		324.748	42.179	102.706	31.405	12.655	513.693	
Adições	48	16.737	4.308	58.573	4.316	4.165	88.061	
Reversões	(19.789)	(997)	(2.866)	(37.121)		(40.984)		
Saldo em 2022	320.699	40.240	118.686	35.721	10.855	526.201		
Adições	34.611	5.339	42.901	24.475	5.940	112.468		
Reversões	(148)	(1.449)	(36.907)		(13.662)			
Saldo em 2023	328.846	42.112	118.943	60.196	10.855	561.185		

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 320.699, Não circulante: 40.240, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39	1.891			
Adições		—	594	—	635			
Reversões		—	—	—	—			
Saldo em 2022	26	1.800	106	1.932				
Adições	148	1.449	30	1.627				
Reversões	(1800)	(1800)	—	(1800)				
Saldo em 2023	26	1.800	106	1.932				

Em 31 de dezembro de 2022, Circulante: 26, Não circulante: 1.800, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

Em 31 de dezembro de 2023, Circulante: 328.846, Não circulante: 42.112.

		Contingências (a)		Benefícios a empregados (b)		Outras provisões (c)		Total
		Tributárias	Trabalhistas	empregados (b)				
Saldo em 2021		26	1.808	39				



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/72C5-B0C3-6207-5C90> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 72C5-B0C3-6207-5C90




Hash do Documento

6C6FF8745FFCA3C548A690C2879443D25DC05AADB15416CA21F55B7C41734B94

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



		QGP QUÍMICA GERAL S.A. CNPJ nº 01.272.356/0001-47			
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ATIVO			Capital social		
Ativo circulante	Notas	2023	2022	Reserva de avaliação patrimonial	Reserva de lucros
Caixa e equivalentes de caixa	7	76.103	131.927	104	12.396
Contas a receber	8	37.933	57.476	-	-
Estoques de produtos e mercadorias	9	27.810	39.654	-	-
Impostos a recuperar	-	562	3.381	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	240	2.778	-	-
Outras contas a receber	11	50	204	-	-
Ativo não circulante	68.231	65.999	16.534	-	-
Depósitos judiciais	18	529	1.094	-	-
Impostos diferidos	26	504	315	-	-
Outras contas a receber	11	20.016	21.624	-	-
Imobilizado	10	47.182	42.966	-	-
Total do ativo	144.334	197.926	16.534	-	-
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Resultado do exercício	2023	2022	Notas	2023	2022
Resultado abrangente do exercício	16.704	42.631	21	215.516	279.969
NOTAS EXPLICATIVAS			Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1. Contexto operacional: 1.1 A QGP Química Geral S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Laranjal Paulista, estado de São Paulo, e tem como principais atividades: a) Indústria e comércio de produtos químicos em geral; b) Industrialização para terceiros; c) Importação e exportação de produtos químicos em geral; d) Representação por conta própria e de terceiros; e) Comercialização de cursos e derivados; f) Compra, venda e distribuição de solventes; g) Prestação de serviços a terceiros; h) Demais atividades conexas; i) Formulação agroquímica de terceiros, misturas de ativos agroquímicos, manipulação e industrialização de defensivos agrícolas e suas misturas; j) Fabricação e comercialização de adubos e fertilizantes orgânicos e inorgânicos; k) Fabricação e comercialização de resinas termoplásticas e termofixas; l) Fabricação e comercialização de desinfetantes, domissanitários, sabões e detergentes sintéticos; m) Fabricação e comercialização de produtos de limpeza e polimento; n) Fabricação e comercialização de adesivos e selantes. 1.2. Houve alteração no quadro societário da empresa em 08/12/2023, a saída dos senhores Sr. José Henrique Santana Bertin e Silvestre Custódio Neto, transferindo as quotas para a empresa Inospec Holding Brasil Ltda., detentora da totalidade das quotas da holding SFG Participações em Negócios, Administração, Planejamento e Gestão Empresarial Ltda. 2. Principais práticas contábeis adotadas: a) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado, e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. b) Contas a receber de clientes: São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos 12 meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito e não apresentaram evidência objetiva de impairment; e (iii) ativos financeiros que já apresentaram evidência objetiva de impairment em 31/12/2023. O IR e o CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro ou passivo.			Resultado do exercício		
Recorre operacional líquida			Resultado do exercício		
Lucro bruto			Resultado do exercício		
Despesas operacionais			Resultado do exercício		
Despesas comerciais			Resultado do exercício		
Despesas gerais e administrativas			Resultado do exercício		
Outros resultados operacionais			Resultado do exercício		
Resultado antes do resultado financeiro e impostos			Resultado do exercício		
Resultado financeiro			Resultado do exercício		
Resultado antes dos impostos			Resultado do exercício		
Contribuição social			Resultado do exercício		
Resultado do exercício			Resultado do exercício		
Instituto excidente de R\$ 240 (base anual) para IR e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. h) Aspectos ambientais: As instalações de produção da Companhia estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais executando procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle da poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas leis e regulamentos em vigor. i) Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária: Em 08/02/2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão. j) Determinação do valor justo: Os valores justos tem sido apurados para fins de mensuração e/ou divulgação com base nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.			Resultado do exercício		
Diretoria			Resultado do exercício		
Bruno Lisboa Ferreira - Diretor Financeiro			Resultado do exercício		
Jefferson Leandro Furtado - Diretor Financeiro			Resultado do exercício		
Contadora: Adriana Zani Paschoalotto - CRC/SP 177.737/O-2			Resultado do exercício		

TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S.A. - TERMAG C.N.P.J. 05.535.627/0001-80 Relatório da Administração	
Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixas e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Guarujá (SP), abril de 2024	
Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)	
Ativo	2023 2022
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.441 1.010
Contas a receber de clientes	3.331 2.613
Estoques	- 3.475
Impostos a recuperar	3.368 12.796
Partes relacionadas	25.818 12.796
Outras contas a receber	1.516 257
Total do ativo circulante	36.474 22.085
Não circulante	
Impostos a recuperar	4.623 3.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.129 6.095
Depósitos judiciais e caucões	1.878 2.917
Partes relacionadas	- 21.730
Imobilizado	196.177 188.970
Direito de uso	30.099 22.776
Intangível	8.528 1.282
Total do ativo não circulante	249.434 247.537
Total do ativo	285.908 269.622
Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)	
Receita líquida de serviços	2023 2022
Custo dos serviços prestados	134.547 142.612
Lucro bruto	(121.783) (100.699)
Receitas (despesas) operacionais	12.764 41.913
Gerais e administrativas	(1.666) (306)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(86) (349)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(1.752) (655)
Resultado financeiro	11.012 41.258
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)	
Capital social	2023 2022
Reserva legal	2023 2022
Reserva de lucros	2023 2022
Outros resultados abrangentes	2023 2022
Total do patrimônio líquido	2023 2022
Total do passivo e do patrimônio líquido	2023 2022
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023 2022
Lucro líquido do exercício	(4.047) 16.070
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	36.317 24.703
Juros e empréstimos com partes relacionadas	13.239 9.541
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	3.847 7.132
Resultado na venda e baixa de imobilizados, intangíveis e investimentos	1.376 207
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(2.031) 7.986
Provisão (reversão) para desmobilização de ativos	149 438
Provisão (reversão) para perdas de peças de reposição, classificadas no ativo imobilizado	(138) 180
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	4.255 4.172
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	(7) (9)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(294) 893
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	52.666 71.313
Contas a receber de clientes	(718) 3.567
Estoques	3.475 (582)
Impostos a recuperar	(4.331) (913)
Outras contas a receber	(1.259) 434
Depósitos judiciais e caucões	1.039 (1.361)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Fornecedores	(359) 251
Obrigações trabalhistas	(4.183) (2.632)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	- (130)
Impostos a recolher	5.233 528
Outras contas a pagar	(708) 361
Partes relacionadas	(32.171) (18.188)
Caixa proveniente das operações	18.684 52.648
Pagamento de juros sobre empréstimos	- (248)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento	(3.867) (7.092)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.756) (11.509)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.061 33.799
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Resultado de venda de ativos imobilizados	190 43
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(42.178) (30.067)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(41.988) (30.024)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Contraprestação paga de arrendamento	(9.324) (4.761)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	44.700 -
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(4.018) (3.569)
Pagamentos de principal de empréstimos com partes relacionadas	- (3.111)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	31.358 (11.441)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.431 (7.666)
Caixa e equivalentes de caixa	1.010 8.676
Saldo no fim do exercício	2.441 1.010
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.431 (7.666)
A Diretoria	
Contador: Donisete Inacio Garcia Junior - CRC SP 315.228/O-0	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9258-EFB1-43E2-50E6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9258-EFB1-43E2-50E6



Hash do Documento

3CB055EFB7E6549F4F9142B9D6F06C5FCDEC4AA7150272F886248A535F6C2030

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



(Continua...)

TALUDE CONSTRUÇÕES S.A. - CNPJ 14.914.786/0001-67

Aos acionistas e administradores da **Talude Construções S.A.** - Barueri – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da **Talude Construções S.A.** em 31 de dezembro de 2023 que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Talude Construções S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme a Nota Explicativa nº 7, há o resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 11.663.702,12 (onze milhões, seiscentos e sessenta e três mil, setecentos e dois reais e doze centavos), relativos as SCPs 3050; 3053 e 3060 as quais a Companhia não é sócia ostensiva, dessa forma, as respectivas Sociedades de Conta em Participação não foram objeto de análise em nossa auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos e comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Com parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos

que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros: Foram objetos de análise dessa auditoria as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia controladora e suas controladas, as quais se dão através de Sociedade em Conta de Participação, atuando esta como Sócia Ostensiva nas sociedades cujo seguem relacionadas abaixo:

Participação total em sociedades em conta de participação Sócia Ostensiva	Participação (%)
SCP - DER Lote 36 - 3048	70%
SCP - DER - 3049 - 5 Lagos - Vacina	68%
SCP - DER - 3056 - Campo Limpo - Vicinal	75%
SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - Km 22 - OS	75%
SCP - 3061 - ABV - TAXIS - PPD	65%
SCP - DER - 3062 - EMERGENCIAL - SP312	68%

Consórcio Viário Paulínia: Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1199, de 14 de outubro de 2011 em seu artigo 3º, inciso 5º, foi registrado nos próprios livros contábeis da Companhia intitulada Sede, a sua proporção das Receitas, Custos e Despesas incorridas no Consórcio Viário Paulínia.

Osasco, 24 de abril de 2024

Manoel Luiz Luciano Vieira

Contador - CRC/SP – CT 1SP 115.091/O-8 - IBRACON – 1172 - CPF 029.429.178-49



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3FCE-7E6B-4286-2DE9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3FCE-7E6B-4286-2DE9



Hash do Documento

17D9E54D0E38F2A2D2D1312E967FB4B782368F422BFC0EE91720984FE6080464

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



VCI VANGUARD CONFEÇÕES IMPORTADAS S.A.

CNPJ 00.311.557/0001-43
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Ficamos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)									
		Controladora		Consolidado				Controladora	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022
Ativos						Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa		40.957	11.161	41.988	11.171	Fornecedores		39.549	36.872
Contas a receber		147.514	147.797	147.514	147.797	Obrigações tributárias		8.993	7.824
Estoque		74.596	69.241	74.596	69.241	Imposto de renda e contribuição social		2.830	3.716
Impostos a recuperar		3.093	2.909	3.096	2.909	Obrigações sociais e trabalhistas		29.450	26.004
Outras contas a receber		3.131	2.437	3.131	2.437	Passivo de arrendamento		18.770	20.110
Despesas antecipadas		2.114	3.149	2.114	3.149	Dividendos a pagar		8.098	13.648
Total do ativo circulante		271.405	236.694	272.439	236.704	Outras contas a pagar		9.258	3.401
Contas a receber		-	56	-	56	Total do passivo circulante		116.948	111.575
Mútuos com partes relacionadas		1.112	80	-	-	Passivo de arrendamento		32.530	47.163
Depósitos judiciais		3.607	2.296	3.607	2.296	Provisão para passivo a descoberto em controladas		89	80
Impostos diferidos ativos		8.344	8.316	8.344	8.316	Outras contas a pagar		235	373
Outras contas a receber		27	195	27	195	Provisão para contingências		3.071	3.497
Total do realizável a longo prazo		13.090	10.943	11.978	10.863	Total do passivo não circulante		35.925	51.113
Imobilizado		25.686	25.736	25.686	25.736	Patrimônio líquido			
Intangível		5.222	4.296	5.222	4.296	Capital social		18.993	18.993
Ativo de direito de uso		56.949	66.692	56.949	66.692	Reservas de capital		68.815	68.815
Total do ativo não circulante		100.947	107.667	99.835	107.587	Reservas de lucros		131.671	93.864
Total dos ativos		372.352	344.361	372.274	344.291	Total do patrimônio líquido		219.479	181.672
						Total do passivo		152.873	162.689
						Total do passivo e patrimônio líquido		372.352	344.361
								372.274	344.291

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em milhares de Reais)									
		Controladora		Consolidado				Controladora	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022
		Capital social	Reservas de capital	Dividendo adicional proposto	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022		18.993	68.815	8.888	12.566	3.964	44.730	61.260	157.956
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	39.678	39.678
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	22.029	(22.029)	-
Dividendos adicionais do exercício anterior		-	-	(8.888)	-	-	-	-	(8.888)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(7.074)	(7.074)	-
Retenção de lucros		-	-	-	10.575	-	-	(10.575)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		18.993	68.815	-	23.141	3.964	66.759	93.864	181.672
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	53.831	53.831
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	26.870	(26.870)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(16.025)	(16.025)
Retenção de lucros		-	-	-	10.936	-	-	(10.936)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		18.993	68.815	-	34.077	3.964	93.629	131.670	219.478

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional: A VCI Vanguard Confeções Importadas S.A. ("Companhia" ou "Aramis") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, Jd. Paulistano, São Paulo, CEP 01443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia opera com o nome fantasia "Aramis" e tem por objetivo principal a comercialização de roupas e acessórios masculinos. A Companhia exerce as suas operações através de e-commerce, clientes multimarcas, franquias e lojas próprias. As vendas aos clientes multimarcas são realizadas através de seu centro de distribuição localizado no Espírito Santo que inclusive atende toda a rede da Aramis. As vendas no varejo físico são realizadas através de quarenta e oito lojas próprias, localizadas em pontos estratégicos e próximos a grandes centros consumidores, sendo vinte lojas em São Paulo, três na Bahia, três no Ceará, três no Distrito federal, três em Goiânia, quatro em Minas Gerais, uma na Paraíba, duas no Paraná, cinco em Pernambuco, duas no Rio de Janeiro, uma no Rio Grande do Norte, e uma no Rio Grande do Sul, dentre elas existim nove lojas *outlet*, além de uma loja virtual situada no Espírito Santo. Na rede de franquias a Companhia possui sessenta e três lojas.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 1º de abril de 2024. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.1. Consolidação - As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **a. Controladas** - A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b. Perda de controle em controladas** - Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros** - A Administração da Companhia reconhece todos ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados, ou seja, na data da negociação ao qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos pelo seu valor justo (exceto o contas a receber que reflete o preço da transação), mais ou menos, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro. A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. **c. Redução ao valor recuperável (Impairment)** - Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*. **d. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **e. Imobilizado - i. Reconhecimento e mensuração** - Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. **ii. Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações relevantes nas vidas úteis e valores residuais dos ativos. **f. Ativos intangíveis - i. Reconhecimento e mensuração** - Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **ii. Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii. Amortização** - A amortização é calculada baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Demais ativos circulante e não circulante - São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **h. Provisões** - Uma provisão é reconhecida se em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. **i. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou, substancialmente promulgadas, no final do exercício corrente no país em que a Companhia opera e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita à interpretação e estabelece disposições, se necessário, as diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **j. Receita operacional** - O CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos de Clientes, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, apresentando uma nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. A norma estabelece um modelo que busca evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados, deduzida de devoluções e descontos comerciais. As receitas de *royalties* são calculadas sobre o respectivo volume vendido mensalmente a cada um dos franqueados. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras compreendem substancialmente receitas de juros de recebimento em atraso, receita de juros de aplicações financeiras e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem substancialmente despesas bancárias, juros e descontos financeiros passivos, encargos financeiros sobre *leasing*, impostos sobre operações financeiras e variações cambiais passivas. **l. Arrendamentos - (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento** - No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido aumentando a taxa incremental de captação da Companhia. **(ii) Ativos arrendados** - Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **(iii) Pagamentos de arrendamentos** - Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **4. Patrimônio líquido: Capital social** - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia somava o montante de R\$ 18.993, o qual estava representado por 3.918.116 ações, todas as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Ações ordinárias** - Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **Reserva de capital** - Em 7 de fevereiro de 2014, em Assembleia Geral, os acionistas aprovaram a emissão de 1.192.471 (um milhão, cento e noventa e duas mil, quatrocentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de subscrição de R\$ 70.000, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista 2BCAPITAL - Brasil Capital de Crescimento I - Fundo de Investimento em Participações. Nessa transação, R\$ 68.815 foram reconhecidos como Reserva de capital. **Reserva de lucros** - Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • **Reserva de retenção de lucros** - A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral. **Dividendos** - A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu Estatuto Social, bem como à Lei das Sociedades por Ações, o qual contém as seguintes destinações: • 5% para reserva legal. • Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 30% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).

Demonstrações de Resultados - (Em milhares de Reais)				
		Controladora		Consolidado
		2023	2022	2023
Receita operacional líquida		474.530	404.658	474.530
Custo das mercadorias vendidas		(147.713)	(127.030)	(147.713)
Lucro bruto		326.817	277.628	326.817
Despesas com vendas		(105.218)	(131.395)	(105.218)
Despesas gerais e administrativas		(149.650)	(89.684)	(149.680)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		2.354	(1.527)	2.354
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		74.303	55.022	74.273
Receitas financeiras		5.026	4.552	5.052
Despesas financeiras		(9.486)	(7.230)	(9.486)
Receita (despesas) financeiras líquidas		(4.460)	(2.678)	(4.434)
Resultado de equivalência patrimonial		(9)	(23)	-
Lucro antes dos impostos		69.834	52.321	69.839
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(16.031)	(14.248)	(16.036)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		28	1.605	28
Lucro líquido do exercício		53.831	39.678	53.831

Demonstrações de Resultados Abrangentes - (Em milhares de Reais)			
		Controladora	Consolidado
		2023	2022
Lucro líquido do exercício		53.831	39.678
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		53.831	39.678

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - (Em milhares de Reais)				
		Controladora		Consolidado
		2023	2022	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		53.830	39.678	53.830
Ajustes para:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.649	(478)	1.649
Provisão para perda nos estoques		678	2.431	678
Amortização		4.670	4.408	4.670
Depreciação do ativo de direito de uso		1.507	1.203	1.507
Resultado de equivalência patrimonial		20.553	23.336	20.553
Valor do resultado na venda de ativo imobilizado e intangível		9	23	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível		(37)	-	(37)
Provisão para bônus e gratificações		1.260	2.138	1.260
Provisão (Reversão) para contingências		7.980	10.744	7.980
Juros sobre empréstimo		(410)	(152)	(410)
Juros sobre arrendamento		-	455	-
Descontos sobre arrendamento		5.386	3.958	5.386
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento		-	(408)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.227	(4.218)	1.227
Imposto de renda e contribuição social diferido		16.032	14.248	16.032
Imposto de renda e contribuição social diferido		(28)	(1.605)	(28)
Total das transações não-caixa		114.286	95.761	114.277

Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos:					
Contas a receber		(1.310)	(44.985)	(1.310)	(44.985)
Estoques		(6.033)	(32.591)	(6.033)	(32.591)
Impostos a recuperar		(184)	(4.744)	(184)	(4.744)
Outras contas a receber		(526)	(526)	(526)	(526)
Despesas antecipadas		1.035	(648)	1.035	(648)
Depósitos judiciais		(1.311)	(368)	(1.311)	(368)
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores		2.677	16.322	2.677	16.333
Obrigações tributárias		1.169	509	1.169	509
Obrigações sociais e trabalhistas		(4.514)	6.321	(4.514)	6.321
Provisão para contingências		(16)	(16)	(16)	(16)
Outras contas a pagar		5.719	(68)	5.720	(69)
Caixa gerado nas atividades operacionais		110.992	34.965	110.984	34.954
Juros pagos sobre empréstimos		-	(455)	-	(455)
Pagamento de juros – arrendamento		(5.993)	(4.334)	(5.993)	(4.334)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		(16.917)	(11.762)	(16.917)	(11.762)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		88.082	18.414	88.074	18.463
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado, pagos		(5.566)	(11.956)	(5.566)	(11.956)
Aquisição de ativo intangível, pagos		(2.747)	(1.712)	(2.747)	(1.712)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		(8.313)	(13.668)	(8.313)	(13.668)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Liquidação de empréstimos com partes relacionadas		(1.032)	(11)	-	-
Pagamento de empréstimos		-	(119)	-	(11.539)
Pagamento de principal – arrendamento		(27.405)	(17.748)	(27.405)	(17.748)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(21.575)	(8.054)	(21.575)	(8.054)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento		(50.012)	(37.352)	(48.980)	(37.341)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		29.757	(32.606)	30.781	(32.606)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		11.161	43.767	11.171	43.777
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		40.957	11.161	41.988	11.171
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		29.796	(32.606)	30.817	(32.606)
Transações não-caixa:					
Adições - IFRS 16		19.107	37.462	19.107	37.462
Total das transações não-caixa		19.107	37.462	19.107	37.462



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/96E1-2A7F-FA58-DECF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 96E1-2A7F-FA58-DECF



Hash do Documento

F44E156C3D37941DEFB5DE63B0A592D21F4EC418EDD02FFC86FBD8FFC6BBBE7A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS6 Assistência S.A. (a "Companhia" ou "Caixa Assistência") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as disposições legais e estatutárias. A Companhia, com sede em Barueri/SP, é um *joint venture* entre a Caixa Seguridade Participações S.A., braço de seguridade do Conglomerado da Caixa Econômica Federal (CAIXA), maior rede de distribuição de varejo da América Latina, e a Tempo, líder de mercado na prestação de serviços de assistência. A Caixa Assistência foi constituída com o objetivo de explorar a distribuição, divulgação, oferta, venda e pós-venda de produtos de assistência, de forma exclusiva, na rede de distribuição da CAIXA. Os resultados da Companhia são provenientes tanto da prestação de serviços acolpada aos produtos das demais empresas do Conglomerado CAIXA (segmento B2B), quanto pela venda direta ao consumidor (B2C). O Rapídex, produto B2C pioneiro nos grandes bancos de varejo brasileiro, consolidou seus principais atributos no exercício 2023, tanto do ponto de vista financeiro quanto de impacto social. Foi mais um ano focado nos direcionadores estratégicos. Destaca-se o cumprimento da nossa missão de "Demonstrar o acesso aos serviços de assistência" com os lançamentos de três novos produtos: o Rapídex MEI, nosso primeiro produto para Pessoa Jurídica; o Rapídex Lar, com coberturas voltadas exclusivamente para o Residencial e

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
(Em milhares de reais)					
Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas
Circulante				Circulante	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.856	35.346	Fornecedores incluindo partes relacionadas	12 e 16
Contas a receber incluindo partes relacionadas	6 e 16	9.597	4.464	Impostos e contribuições a pagar	13
Créditos tributários e previdenciários	7	325	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	14
Despesas antecipadas	8	11.832	8.827	Comissões a pagar	15
Outros ativos		533	203	Dividendos a pagar	20
Total do ativo circulante		72.143	48.840	Obrigações com pessoal e encargos sociais	17
				Passivo de arrendamento mercantil	18
				Receitas diferidas	19
				Outras contas a pagar	
Não circulante				Total do passivo circulante	69.286
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.100	856	Não circulante	
Créditos tributários e previdenciários	7	971	289	Passivo de arrendamento mercantil	18
Despesa antecipada	8	62	419	Receitas diferidas	19
Outros ativos		62	57	Total do passivo não circulante	311
Intangível	10	25.681	27.178	Patrimônio líquido	20
Imobilizado	11	1.027	1.107	Capital social	35.000
Direito de uso	18	405	545	Reservas de lucros	6.854
Total do ativo não circulante		29.308	30.451	Total do patrimônio líquido	41.854
Total do ativo		101.451	79.291	Total do passivo e patrimônio líquido	101.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
(Em milhares de reais)					
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros
Em 31 de dezembro de 2021		35.000	-	-	-
AGQ/E de 30/04/2022		-	(2)	-	2
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.555
Constituição de reserva legal		-	96	-	(96)
Dividendos mínimos		-	-	-	(1.369)
Dividendos adicionais propostos		-	-	456	(456)
Em 31 de dezembro de 2022		35.000	96	456	35.552
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.501
Outros resultados abrangentes	20	-	-	-	(16.747)
Constituição de reserva legal		-	1.175	(456)	(1.175)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	5.583
Em 31 de dezembro de 2023		35.000	1.271	-	5.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					

1. **Informações gerais:** A XS6 Assistência S.A., "Companhia" ou "Caixa Assistência", constituída em 16 de outubro de 2020, iniciou suas atividades em 23 de outubro de 2020, com sede em Brasília, Distrito Federal. Foi constituída como uma subsidiária integral da Caixa Seguridade Participações S.A. e tem por objetivo atuar na distribuição, divulgação, oferta, venda e pós-venda de serviços de assistência, (inclusive para seguradoras, sociedades de capitalização, administradoras de consórcios, seguradoras especializadas em saúde e operadoras de planos de assistência à saúde), prestadores de serviços de intermediação e serviços de assistência técnica em geral, e participação societária em outras sociedades. Em 4 de janeiro de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de XS6 Participações S.A. para XS6 Assistência S.A. No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade, a Companhia foi constituída como lastro para a empresa prevista no acordo de associação firmado entre USS Soluções Gerenciais S.A. ("Tempo") e Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"), conforme detalhado no item 12. No dia 13 de agosto de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 24 de maio de 2019, a CAIXA Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a Tempo acordo de associação ("Acordo Tempo") para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Serviços Assistenciais na rede de distribuição Balcão CAIXA. Conforme Acordo de Associação datado de 13 de agosto de 2020, foi firmado um compromisso de parceria, pela Caixa Assistência à Caixa Econômica Federal, do valor de R\$30.000 pela exclusividade na exploração da rede de distribuição Balcão CAIXA, por um período de 20 anos. O referido valor foi pago em 5 de janeiro de 2021 e encontra-se devidamente registrado na rubrica Intangível (nota explicativa 10). Nos termos do Acordo, a CAIXA Seguridade detém 75% de participação no capital total da nova sociedade ("XS6 Participações S.A."), sendo titular de 49,99% das ações ordinárias e 25,01% das ações preferenciais da Caixa Assistência. A Tempo tem 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Companhia apresentado na nota explicativa 20a. Gestão e governança da XS6 Assistência S.A. é compartilhada entre CAIXA Seguridade e Tempo de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. A Companhia remunera a CAIXA Seguridade e a CAIXA como uma comissão de distribuição em montantes determinados pela CAIXA Seguridade.

2. **Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis:**

2.1. **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras** - As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas. Práticas contábeis de transações consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme ao exercício corrente, e estão consistentes com o período anterior apresentado. Declaração de conformidade e base de preparação - As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. A Companhia considera as orientações da Orientação Técnica CPCQ 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. **Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis** - A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia continuará a gerar resultados positivos em seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de abril de 2024. 2.3. **Moedas funcionais e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. 2.4. **Classificação circulante versus não circulante** - A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • Foi mantido principalmente para a realização de operações de curto prazo, principalmente para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • Foi mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou o ativo tem o direito líquido e certo para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 2.5. **Instrumentos financeiros ao valor justo** - Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, bem como em função das características dos fluxos de caixa decorrentes das operações. Os instrumentos financeiros dos quais a Companhia refere-se são fundos de investimento - curto prazo, cotas de fundo de investimento e são mensurados ao valor justo. 2.6. **Informações materiais da política contábil** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). 2.7. **Pronunciamentos novos e revisados aplicados pela primeira vez em 2023** - A Companhia analisou as alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Companhia concluiu que tais alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Impactos futuros serão analisados diante da alteração ou implementação de novas operações/transações pela Companhia. 2.7.1. IFRS 17 - Contratos de Seguro - O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 - Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação disonantes com as exceções previstas no IFRS 17 (CPC 50). O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada para a abordagem de taxa variável, principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.7.2. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8 - As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. As alterações ao IAS 8 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.7.3. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis e consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não foram feitas alterações nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.8. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes** - Não foram feitas alterações nas demonstrações financeiras da Companhia devido a alterações normativas ou interpretações que ainda não estejam vigentes que possam, na opinião da Companhia, quando da sua adoção, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas pressuposições são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e nas circunstâncias podem conduzir

o Rapídex do Bem, com reforço de coberturas residenciais e de vida para áreas de eventos climáticos extremos. Os três novos produtos se juntam ao Rapídex ou ao Rapídex Mulher permitindo à Caixa Assistência ter um portfólio com alcance amplo na base de clientes da CAIXA, permitindo a oferta de produtos de seguridade a um público que não tinha acesso previamente. O aumento nos indicadores de performance demonstra o sólido desempenho da Caixa Assistência durante o exercício 2023, consubstanciados nas Demonstrações Financeiras a seguir, aos quais destacamos o seguinte: • Lucro Líquido de R\$ 23,5 milhões, crescimento de 416% quando comparado ao exercício anterior. • A Receita Bruta atingiu o montante de R\$ 155,3 milhões, 124% superior ao exercício 2022; • Redução do indicador de sinistralidade de 25,06% ante 31,60% no exercício 2022; • Mais de 238 mil serviços prestados; • Padrão de avaliação (NPS) elevado, com médias superiores a 61 pontos em todas as linhas de negócios. A atuação ESG ganhou relevância em 2023. Realizamos ações de qualificação, como montadoras de móveis, para mulheres residentes em favelas de São Paulo/SP e Salvador/BA, capturando a sinergia de atuação dos nossos dois acionistas. Além disso, o Rapídex do Bem repassará 1% da receita bruta para instituições que atuam nas áreas atingidas por eventos climáticos. A XS6 Assistência S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
(Em milhares de reais)					
	Notas	2023	2022		
Receita líquida	21	146.725	65.860		
Custo de assistência	22	(71.110)	(35.999)		
Lucro bruto		75.615	29.861		
Despesas de vendas	22	(24.141)	(10.332)		
Despesas gerais e administrativas	22	(17.947)	(13.184)		
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(3.417)	(1.455)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro		30.110	4.890		
Receitas financeiras	23	5.687	2.177		
Despesas financeiras	23	(83)	(102)		
Resultado financeiro líquido		5.604	2.075		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		35.714	6.965		
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(12.454)	(1.914)		
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	245	(496)		
Lucro líquido do exercício		23.505	4.555		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
(Em milhares de reais)					
	2023	2022			
Lucro líquido do exercício	23.505	4.555			
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-			
Total de outros resultados abrangentes do exercício	23.505	4.555			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
a) Movimentação do imposto de renda diferido - O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados pelos valores líquidos por entidade jurídica, nos termos do CPC 32. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos com base na projeção de resultados tributários futuros desenvolvida pela Administração. A Companhia prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:					

	Saldo 2021	Adições	Resultados Baixas	Saldo 2022
Natureza	838	-	-	850
(Prejuízo) fiscal e base negativa	514	336	(832)	850
Diferenças temporárias	1.352	336	(832)	856
	Saldo 2022	Adições	Resultados Baixas	Saldo 2023
Natureza	6	-	(6)	-
(Prejuízo) fiscal e base negativa	850	1.100	(850)	1.100
Diferenças temporárias	856	1.100	(856)	1.100

10. **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são avaliados pelo custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente incluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Os ganhos ou as perdas, quando aplicável, resultantes da liquidação de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. **Softwares** - As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. • Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* diretamente e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende conduzir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode

Continuação...		X56 ASSISTÊNCIA S.A. - (anteriormente denominada X56 Participações S.A.) - CNPJ 39.565.194/0001-08									
São compostas pelo refaturamento dos prestadores de serviço das assistências realizadas e pela utilização da capacidade operacional da Tempo, respectivamente. A representatividade de cada um dos componentes foi de R\$37.815 (R\$21.485 em 2022) para a remuneração base e R\$30.914 (R\$13.916 em 2022) para a remuneração adicional. Custos operacionais e despesas por função são como segue:		2023	2022	23. Resultado financeiro		2023	2022	24. Transações que não afetam o caixa			
Depreciações e amortizações		(2.047)	(1.860)	Receitas financeiras				As seguintes transações não afetaram o caixa:			
Gerais e administrativas		(800)	(505)	Recursos com aplicações financeiras		5.914	2.236				
Outros custos e despesas		(3.417)	(1.455)	Impostos sobre receitas financeiras		(227)	(59)	Adição direito de			
		(116.615)	(60.970)			(5.687)	2.177	(Reversão)/Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos			
Custo de assistência		(71.110)	(35.989)	Despesas financeiras							
Despesas de vendas		(24.141)	(10.332)	Juros com arrendamento mercantil		(73)	(85)	25. Cobertura de seguros			
Despesas gerais e administrativas		(17.947)	(13.184)	Despesas financeiras		(10)	(17)	Descrição da cobertura			
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.417)	(1.455)			(83)	(102)	Cobertura em R\$			
		(116.615)	(60.970)	Resultado financeiro líquido		5.604	2.075	Incêndio, Raio, Explosão e Imposição			
Custo dos serviços prestados		(71.110)	(35.989)					Danos elétricos – Curto-circuito			
Pessoal		(15.100)	(10.819)								
Comissão e agenciamento		(24.141)	(10.332)								

DIRETORIA			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	Cláudia Ramos de Oliveira Diretora-Presidente		Gibran Vega Marona Presidente	Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos Vice-presidente		
Aginaldo Netto Diretor de Operações e Tecnologia	Carlos Eduardo da Costa Kamada Diretor Financeiro e Administrativo	Vittorio Rullo Junior Diretor Técnico e de Produtos	Andre Cimerman Conselheiro	João Carlos Armesto Conselheiro	Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça Conselheiro	Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior Conselheiro

CONTADOR

Helder Silva Balbi - CRC - 1SP297452/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2023 e, constatada a existência de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da EY, os membros do Conselho Fiscal da XS6 Assistência S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

<p>Alenir de Oliveira Romanello Presidente</p>	<p>Felipe Pascoal Baltazar Conselheiro</p>	<p>Rafael de Souza Carvalho Conselheiro</p>	<p>Bruno Henrique Neves Silva Conselheiro</p>
-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **XS6 Participações S.A.** - Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da XSP Participações S.A. (‘‘Companhia’’), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, das demonstrações em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de gerenciamento da Companhia para continuar em operação, quando aplicável, e, quando necessário, pelo reconhecimento de uma provisão para a perda na elaboração das demonstrações financeiras, sob o que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela

influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúcio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não como o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2024.

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/86D4-9D50-3E80-ABFE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 86D4-9D50-3E80-ABFE



Hash do Documento

2E40244DF238EB9B894B7DB0DD74D96FE414C1BF30DCB50C1475481496FDC1D2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 27/04/2024 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



→★ continuação

Acionistas			
Mauro Piccolotto Dottori			
Regina Helena Gerace Dottori			
Bromley Holding Participações Ltda.			
Em 2023			
Mauro Piccolotto Dottori			
Regina Helena Gerace Dottori			
Bromley Holding Participações Ltda.			
Em 2022			
18. Receita líquida:			
Descrição		Controladora	Consolidado
2023		2022	2023
Receita de serviços		314.902	406.690
Incorporação imobiliária		-	-
Prov. rescisões contratuais		-	-
Receita operacional bruta		314.902	406.690
Imposto e contribuições sobre a receita		(24.756)	(28.884)
Receita operacional líquida		290.146	377.806

19. Despesas gerais e administrativas:			
Descrição		Controladora	Consolidado
2023		2022	2023
Salários, pró-labore, férias		(13.625)	(6.561)
Encargos sociais		(2.127)	(2.374)
Assistência médica, odontológica		(1.966)	(1.737)
Contribuições sindical, associativas		(186)	(173)
Alimentação, refeição		(2.672)	(2.350)
Formação profissional		(556)	(612)
Telecomunicações		(249)	(286)
Aluguéis, condomínios		(1.879)	(1.590)
Viagens e estadias		(1.101)	(662)
Transportes e conduções		(552)	(565)
Locações		(1.336)	(626)
Doações, patrocínios		(276)	(300)
Serviços de assessoria		(15.294)	(15.158)
Serviços de informática		(1.021)	(784)
Serviços pessoa jurídica		(159)	(302)
Depreciação		(736)	(741)
Amortizações		(2.286)	(1.546)
Outras despesas		1.341	2.330
		(44.680)	(34.003)

20. Despesas comerciais:			
Descrição		Controladora	Consolidado
2023		2022	2023
Comissões sobre vendas		-	(91)
Anúncios e publicidades		(720)	(395)
Eventos de divulgação		(715)	(1.650)
Outras Despesas Comerciais		(308)	(1.522)
Materiais de manutenção e reparos estande de vendas		(26)	(107)
		(1.849)	(3.765)
21. Resultado financeiro líquido:			
Descrição		Controladora	Consolidado
2023		2022	2023
Despesas com juros		(4.026)	(674)
Despesas bancárias		(71)	(52)
Descontos concedidos		-	(60)
Outras despesas		(72)	(88)
Total despesas financeiras		(4.169)	(814)
Rendimento de aplicações financeiras		8.178	4.801
Variação monetária ativa		2.548	3.704
Juros e multa		4	8
Outras receitas		187	1.180
Total receitas financeiras		10.917	9.693
Resultado líquido		6.748	8.879

22. Seguros: A Empresa mantém seguros para todas as suas obras, sendo a cobertura considerada suficiente pela administração para cobrir os riscos de responsabilidade civil e construção. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras Empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes: Até a data de emissão do relatório não ocorreram transações que impactassem os saldos divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Administração	
Milton Corrêa Meyer Filho	
Contador	
Marcello Oliveira Pericinato	
CRC nº 1SP224311/0-5	

Aos Quotistas e Administradores da **MPD Engenharia Ltda.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MPD Engenharia Ltda. ("Empresa")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **MPD Engenharia Ltda.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas; • Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

IBDO

BDO RCS Auditores Associados Ltda.

CRC 2 SP 015165/0-8

Diego Cavalcante Bastos

Contador - CRC 1 SP 292913/0-9





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3BB3-822D-309D-AF29> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3BB3-822D-309D-AF29



Hash do Documento

BCBAF1AA98A1E48C048FCE253593C211FD25F0B79225A1C2970712EA2ED7EC69

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2024 é(são) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/04/2024 09:33 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

